

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- () DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- (x) EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- () TRABALHO

**EXPECTATIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS DOS ASSISTIDOS
ATENDIDOS PELO ÁREA DE PEDAGOGIA DO PROGRAMA PATRONATO DE
PONTA GROSSA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES**

Diana Bonardi¹

diana_bornadi@hotmail.com

Jeanine Henneberg²

jeaninevirgilio@gmail.com

Marli de Fátima Rodrigues³

marlirodpg@uol.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o perfil dos sujeitos que cumprem penas e medidas alternativas no Programa Patronato Penitenciário do Município de Ponta Grossa- Paraná, atendidos pela equipe da área de Pedagogia, bem como, suas perspectivas em relação à continuidade dos estudos. O Programa oferece um acompanhamento multidisciplinar constituída por profissionais e acadêmicos das áreas de Pedagogia, Direito, Serviço Social, Psicologia e Administração e atende indivíduos que cumprem pena em regime aberto e semiaberto, livramento condicional, liberdade vigiada e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A coleta de dados realizada com trinta e sete (37) beneficiários da conversão da pena de PSC para retorno aos estudos foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2017, na qual foi identificado que a baixa escolaridade está associada às necessidades sociais e culturais, mais especificamente questões financeiras que acarretam a interrupção dos estudos para ajudar a família. Desta forma, a presente pesquisa mostra que a evasão escolar e a

¹ Licenciada em Pedagogia. Atua como pedagoga no Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa desde 2017. E-mail: diana_bornadi@hotmail.com

² Acadêmica de Pedagogia na UEPG. Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social (NUPEPES) na UEPG. Atua como estagiária no Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa. E-mail: jeaninevirgilio@gmail.com

³ Doutora em Educação pela UFPR (2005). Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social (NUPEPES) na UEPG. Professora do Departamento de Educação da UEPG. Supervisora da área de Pedagogia do Patronato Penitenciário de Ponta Grossa. E-mail: marlirodpg@uol.com.br

pobreza se interrelacionam, uma vez que a necessidade de trabalhar prejudica o acesso à educação e a obtenção de melhores níveis de escolarização.

Palavras-chave: Pedagogia. Continuidade dos Estudos. Direito. Educação.

INTRODUÇÃO

O Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em parceria com o SEJU (Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos) e SETI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), conta com uma equipe multidisciplinar a qual realiza atendimentos jurídico, pedagógico, psicológico e social aos egressos do sistema penitenciário e aos indivíduos que cumprem Prestação de Serviço Comunitário (PSC).

Após o ingresso no Programa, o sujeito em cumprimento de pena e medidas alternativas deve retornar mensalmente ao Programa Patronato para apresentar a carga horária cumprida e receber demais orientações das equipes, tendo uma tolerância de sessenta dias para que se apresente caso encontre dificuldades em seu comparecimento mensal obrigatório ao Patronato. No caso de ultrapassar esse limite, as Varas Criminais, Varas de Execução Penal e os Juizados Especiais são informados, o que torna o assistido atendido como irregular no Programa, podendo, inclusive, regredir de regime.

A equipe de Pedagogia do Programa Patronato de Ponta Grossa tem como foco principal durante o atendimento prestado aos assistidos apresentar a possibilidade de realizar a conversão de sua pena de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) para o retorno aos estudos, a qual é realizada por meio do ingresso do assistido na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecida pelos Centros Estaduais e Escolas Municipais conveniadas do Município de Ponta Grossa. Para cumprir a PSC na forma de estudos, os assistidos podem iniciar nesta modalidade desde que preencham o requisito mínimo obrigatório exigido, ou seja, possuir o equivalente ou superior a 180 horas de cumprimento de PSC (Prestação de Serviço Comunitário) determinadas em seu processo. Outros aspectos como baixa escolaridade, interesse e disponibilidade para retornar aos estudos são observados também.

OBJETIVOS

Por meio das ações de cunho pedagógico e social desenvolvidas no Subprojeto E-Ler, a equipe de Pedagogia percebeu que não basta apenas acompanhar a regularidade no cumprimento da pena para que os assistidos não abandonem os estudos, sendo necessário trabalhar a conscientização em relação aos benefícios que a continuidade dos estudos e o acesso a níveis mais elevados de escolarização podem gerar na vida de cada indivíduo. Dessa forma foi necessário desenvolver um levantamento que pudesse apresentar o perfil dos assistidos que estavam cumprindo regularmente suas penas no final de 2017, bem como, suas expectativas em relação à continuidade dos estudos de modo a orientar as ações do Subprojeto para o ano de 2018.

METODOLOGIA

Os dados foram coletados a partir de um levantamento feito com trinta e sete (37) assistidos que cumpriam regularmente suas penas por meio dos estudos no período que compreende os meses de novembro e dezembro de 2017. Os assistidos entrevistados frequentaram uma ou mais Oficinas Pedagógicas oferecidas pela equipe da área de Pedagogia por meio do Subprojeto E-Ler.

RESULTADOS

A partir de um levantamento feito com trinta e sete (37) assistidos que cumpriam regularmente sua pena por meio do retorno aos estudos, foi possível identificar que quase a totalidade dos sujeitos em análise durante este levantamento precisaram abandonar os estudos na idade certa por conta das necessidades socioeconômicas, no entanto, mais da metade tem intenção em prosseguir com os estudos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos após o cumprimento da pena.

Em relação às características dos assistidos atendidos pelo Programa Patronato em cumprimento de pena na modalidade de estudos (EJA), período no qual o levantamento de dados desta pesquisa apurou, foi possível observar que 84,37% eram predominantemente homens e apenas 15,63% correspondiam as mulheres. No quesito faixa etária, a maioria dos beneficiários estão entre a faixa etária de 26 a 50 anos, sendo 65,62% a maioria correspondente aos dados coletados.

Em relação à escolaridade dos assistidos, obteve-se os seguintes dados: 43,75% conseguiu concluir a escolaridade básica – Ensino Médio – enquanto 54,83%, conseguiu concluir o Ensino Fundamental Fase II. Apenas 1,42% corresponde ao Ensino Superior.

A baixa escolaridade está associada às necessidades sociais e culturais, mais especificamente questões financeiras que acarretam na interrupção dos estudos para ajudar a família. Nos dados apurados com a pesquisa na área de Pedagogia 56,25% dos assistidos entrevistados largaram os estudos e afirmaram que gostariam de retomar. Entre os entrevistados, 43,75% não pretendiam retomar os estudos. Foi constatado também que 68,75% consideram que o Subprojeto E-Ler desenvolvido pela equipe da área de Pedagogia do Programa Patronato mostrou a importância dos estudos para a vida pessoal. 31,25%, afirmaram que este Subprojeto desenvolveu formas de comprometimento e responsabilidade entre os assistidos durante o período em que participaram do mesmo.

Sabemos que a evasão escolar e a pobreza se interrelacionam, uma vez que a necessidade de trabalhar prejudica o acesso à educação e a obtenção de melhores níveis de escolarização, especialmente no caso do sexo masculino. Nessa direção, o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) proporciona aos sujeitos uma possibilidade de acesso aos direitos outrora negados, no que diz respeito à educação de qualidade e igualdade na sociedade.

Faz-se necessário salientar que, segundo o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no que concerne ao EJA “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (BRASIL, 1996).

Segundo Oliveira (2013), existem diversas variáveis em nossa sociedade, internas e externas, que determinam a qualidade da educação e influenciam de forma direta a vida dos sujeitos no processo de escolarização básica. O autor afirma também que se o governo pode atuar diretamente sobre a formação dos profissionais da educação, estruturação da escola, remuneração e condições de trabalho, o mesmo não consegue atenuar as causas externas que acometem as famílias de classe mais desfavorecidas em nossa sociedade que frequentam o ensino público gratuito.

Muitos beneficiários não concluíram seus estudos por motivos diversos, mas apesar das circunstâncias de vida em que se encontram, a maioria compreende a EJA como forma de recuperar o tempo perdido e retomarem os direitos básicos essenciais a qualquer indivíduo na sociedade, como é o caso de poder acessar uma educação de qualidade, em um processo de reconstrução constante do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou mostrar as principais características dos assistidos atendidos pela área da Pedagogia, junto ao Programa Patronato, em cumprimento de pena sob a forma de retorno aos estudos, bem como, suas expectativas em relação a continuidade da escolarização após o cumprimento da pena. Analisamos que a grande maioria dos assistidos que participaram da coleta de dados pertencem ao sexo masculino, que em idade própria no processo de escolarização formal se viram diante da necessidade de abandonar os estudos para iniciar no mercado de trabalho devido às necessidades de sobrevivência própria e para ajudar a família.

Os dados apresentados evidenciam que a exclusão dos processos escolares pode levar os sujeitos ao não acesso aos demais direitos sociais em especial, considerando a mudança da natureza do trabalho, na atual fase de desenvolvimento capitalista, com novas exigências inclusive de escolarização, os assistidos atendidos, em sua maioria possuem apenas o Ensino Fundamental, o que obviamente acarreta no difícil acesso às funções que adotam processos de produção cada vez mais exigentes. Desta forma, entendemos que o Subprojeto E-Ler tem consideráveis contribuições para influenciar esses indivíduos a compreender a importância dos estudos para uma vida mais digna e igualitária em sociedade.

Cabe salientar que ao longo da execução do Subprojeto E-Ler, por meio de Oficinas Pedagógicas realizadas com a participação de profissionais convidados, a equipe de Pedagogia tem colaborado para que os sujeitos que participam do projeto compreendam a importância do estudo para um planejamento de vida, bem como para o acesso aos demais direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.

HADDAD, Sérgio. **Educação e Exclusão no Brasil**. São Paulo: Ação educativa, 2007.

DE OLIVEIRA, Ramon. Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 687-719, maio 2013.

ISSN

2175-795X.

Disponível

em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2013v31n2p687>>.

Acesso em: 26 de março de 2018.